

19

# *APONTAMENTOS*

*de Arqueologia e Património*

ABR 2026

**NA**

NÚCLEO  
DE INVESTIGAÇÃO  
ARQUEOLÓGICA

**ERA**  
ARQUEOLOGIA

# ***A**PONTAMENTOS*

*de Arqueologia e Património*

19

ABRIL

2026



## ÍNDICE

EDITORIAL .....	07	Cláudia Maio, Ana Rita Silva, Tiago Nunes, Rita Dias, Lucy Shaw Evangelista A POPULAÇÃO DE VILA NOVA DE PORTIMÃO DO SÉCULO XVI-XVII: OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ADRO DA IGERJA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO .....	63
Rui Ramos ANTA 2 DO ZAMBUJAL (MONTEMOR-O-NOVO): RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA .....	09	Victor M. Gonçalves González, Raquel Fernandes ENTRE MUSEOGRAFIA E CONSERVAÇÃO: DESMONTAGEM DE SISTEMAS EXPOSITIVOS RÍGIDOS EM PAINÉIS DE AZULEJARIA ISLÂMICA DO MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN .....	71
António Carlos Valera O RECINTO DE FOSOS DE SÃO BRÁS 3 (SERPA) E O SEU CONTEXTO PERIFÉRICO À LUZ DAS ESCAVAÇÕES DE 2025 (PROJECTO <i>NUCLEUS</i> ) .....	15	Joana Fanico, Patrícia Mestre ENTRE ESTÉTICA E MATÉRIA: UMA INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO TETO DO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO MARQUÊS DE POMBAL .....	79
Helena Gomes, Ana Rita Silva, Manuel Fialho Silva Rita Dias, Lucy Shaw Evangelista VESTÍGIOS DE UMA POSSÍVEL NECRÓPOLE ISLÂMICA NO NÚCLEO HISTÓRICO DE LAGOS: DADOS ARQUEOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS .....	33	Mara Beatriz Agosto AGAISNT (A SOLELY) HUMAN PAST: DEEP ECOLOGY AND ITS CONSEQUENCES FOR ARCHAEOLOGICAL THOUGHT IN A MULTISPECIES ANTHROPOCENE .....	89
Anabela Sá, Ever Calvo CASTELO E FORTALEZA DE JUROMENHA: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM À INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROJECTO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RECONSTRUÇÃO DAS SUAS MURALHAS .....	43		
Cláudia Maio, Diana Dinis, Lucy Shaw Evangelista UM CASO DE AMPUTAÇÃO NA RUA ANTÓNIO LOURO, SÃO DOMINGOS DE RANA .....	57		



## EDITORIAL

*“Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar.”  
[Cantata da Paz, Sophia de Mello Breyner Andresen]*

*Dizia há tempos Slavoj Žižek que nos estamos a colocar à margem dos processos de investigação, escrita e leitura. Sublinhava que cada vez mais se vai pedindo à Inteligência Artificial (IA) que faça a recolha e análise de dados, que escreva o artigo, para que alguém a seguir, em vez de o ler, lhe peça para fazer um resumo do mesmo. Em suma, vamos abreviando e paradoxalmente exteriorizando às nossas produções. A uma “morte do autor” (que não a de Roland Barthes) junta-se agora também a morte do leitor. Ou melhor, autor e leitor são o mesmo.*

*Também há dias José Pacheco Pereira, no Público, distinguia uma velha ignorância, baseada na insuficiente escolaridade e baixa qualificação profissional, de uma nova ignorância, de gerações escolarizadas, mas iludidas e progressivamente desumanizadas pelo fascínio tecnológico de contornos patológicos. Um pouco antes, académicos reclamavam a expulsão da IA do ensino universitário.*

*Do outro lado a visão oposta. “Artificial intelligence (AI) is changing the research landscape through automation, data analysis, and better decision-making in various ways that are of immense help to researchers in conquering obstacles and accelerating their discoveries. From literature search to data analysis, to design experiments and manuscript writing, AI-powered tools using robotics, machine learning (ML), and natural language processing (NLP) go a long way in facilitating easy research. Technology enhances efficiency by summarizing articles, recommending publications, and pointing researchers in the right path. [...]. Training and supporting policies are needed for skill shortages and to surmount resistance to change in order for full utilization of AI in research.” (Madanchian, M.; Taherdoost, H., 2025, The impact of artificial intelligence on research efficiency, Results in Engineering.26).*

*É fácil ver vantagens imediatas na IA, sobretudo ao serviço do mais, mais depressa, mais eficiente, mais barato. No entanto, programas internacionais de avaliação de conhecimentos estão a registar, desde 2010, um declínio na nossa capacidade de utilizar competências cognitivas, com uma erosão do raciocínio, da memória e da concentração provocada pela submissão tecnológica.*

*António Carlos Valera*

# CASTELO E FORTALEZA DE JUROMENHA: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM À INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROJECTO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RECONSTRUÇÃO DAS SUAS MURALHAS

Anabela Sá<sup>1</sup>  
Ever Calvo<sup>1</sup>

## **Resumo:**

O projeto de consolidação e restauro das muralhas do Castelo e Fortaleza de Juromenha incluiu uma forte componente arqueológica, encontrando-se prevista a escavação arqueológica de algumas zonas no interior da cerca medieval, a escavação acompanhada dos espaços entre as muralhas medievais e modernas e o acompanhamento arqueológico das áreas extramuros. O objetivo declarado destes trabalhos era contribuir para a interpretação da ocupação histórica do local, definição de estruturas ocultas, caracterização dos depósitos de natureza antrópica e apoio aos trabalhos de reconstrução.

## **Abstract:**

**Juromenha Castle and Fortress: an initial overview of the archaeological intervention carried out as part of the conservation, restoration and reconstruction project for its walls.**

The consolidation and restoration project for the walls of the Juromenha Castle and Fortress featured a significant archaeological component. It included planned excavations within specific areas of the medieval enclosure, monitored excavation of the spaces between the medieval and 17th Century curtain walls, and archaeological monitoring of the extramural areas. The stated objectives of these works were to contribute to the interpretation of the site's historical occupation, the identification of concealed structures, the characterization of anthropogenic deposits, and to provide technical support for the reconstruction efforts.

## **1. Introdução**

A vila do Alandroal é sede de uma municipalidade alentejana com três fortificações, cada uma destas com uma origem diferente: o castelo do Alandroal, resultante de fundação régia (reinado de D. Dinis, 1298); o castelo de Terena, de iniciativa da ordem de Avis (construção iniciada durante o reinado de D. Afonso IV, primeira metade do século XIV); e, o mais antigo, o castelo de Juromenha, com uma cerca amuralhada que remonta ao período islâmico.

Embora no passado tenha sido vila, Juromenha é atualmente considerada uma aldeia que, com uma área de cerca de 32,08km, se insere na União de Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto).

Em 2021, teve início o trabalho “Fortaleza de Juromenha: Projeto de Consolidação e Restauro dos Paramentos do Perímetro Abaluartado Exterior e Cerca Islâmica e Medieval Interior”. Embora incidindo sobretudo no restauro e reconstrução de estruturas fortificadas com valor patrimonial, esta obra compreendia também uma importante componente arqueológica com o objetivo de contribuir para a interpretação da ocupação histórica dos espaços e caracterização dos depósitos de natureza antrópica.

## **2. O local e as suas origens**

O relevo desta zona é suave, de baixa altitude e pouco acidentado nas zonas Norte, Nordeste e Noroeste, onde se estendem a vila e seus arrabaldes. A Sul, Sudeste e Sudoeste, na parte voltada sobre a margem direita do Guadiana, ostenta uma vertente escarpada, onde se construiu o castelo medieval e, posteriormente, a fortaleza da época moderna. A sua posição destacada ocupa uma elevação

<sup>1</sup> Era Arqueologia ([anabelasa@era-arqueologia.pt](mailto:anabelasa@era-arqueologia.pt); [evercalvo@era-arqueologia.pt](mailto:evercalvo@era-arqueologia.pt))

estratégica que permite abranger visualmente um vasto território ao longo do rio Guadiana, nomeadamente, Olivença e Villareal (a Este), assim como os cumes fortificados que dominam esta região de fronteira: a Norte situa-se Elvas, a Sudoeste o Alandroal e mais a Sul, Terena e o Redondo. Estas condições justificaram a fundação de um reduto neste local, que pela sua relevância foi sofrendo, ao longo do tempo, diversas fases de crescimento, transformação e alteração.

Considera-se que a ocupação de Juromenha tenha sido continuada, pelo menos desde o período romano, centrando-se no aproveitamento de recursos agrícolas, fluviais e, eventualmente, também na mineração (Calado, 1993 citado por Bruno, 2000). Esta zona seria cruzada por algumas vias do Sul da Península Ibérica, nomeadamente as ligações entre Évora, Mérida Alcácer do Sal e Miróbriga (Bruno, 2000: 26). Alguns autores referem que aqui se ergueria Julii Moenia (“Muralha de Júlio”), fundada pelas tropas de Júlio César em 54 a.C. (Correia, 1992: 72). A confirmar-se, esta nomenclatura seria um forte indício apontando para a existência de uma fortificação romana no local (Brilhante, 2015: 6).

A fase final do império romano culminou na divisão e na ocupação do território da Península Ibérica por parte de povos de origem germânica, inicialmente suevos e depois visigodos. A natureza eletiva da monarquia visigótica propiciava desde logo a criação de fações e situações de instabilidade política. Nos inícios do século VIII, vivia-se um destes contextos explosivos: o regnum gothorum de Toledo encontrava-se numa conjuntura socioeconómica difícil em que, durante cerca de duas décadas, dominaram as secas, a fome, a peste, as desordens sociais e os conflitos religiosos. A esta conjuntura soma-se o falecimento do rei Witiza/Vitiza no final de 709 ou em princípios de 710 (Santos, 2022: 87). De imediato, a intensa rivalidade dividiu as cortes em dois grupos antagónicos: os apoiantes de Rodrigo e os apoiantes de Akhila/Ágila II. Terá sido nessa altura que os partidários deste último incitaram o governador muçulmano da África a avançar sobre os territórios do reino visigótico.

A invasão muçulmana da Península Ibérica foi uma operação bastante facilitada por este clima de guerra civil que dividia o reino visigodo. De facto, em muito pouco tempo o islão domina a Península Ibérica que passará a designar por Al-Andalus. Nos 44 anos que decorreram entre a batalha de Guadalete ou Wadi Lakka e a chegada de Abd al-Rahman ibn Muwaiya (755), que iria estabelecer um emirato independente, a Península Ibérica sofreu inúmeras alterações políticas, económicas e sociais, iniciando-se um processo imparável de islamização da sua população (Santos, 2022: 153). A presença muçulmana haveria de perdurar durante cerca de cinco séculos, na área de Portugal, e quase oito, no território hoje correspondente a Espanha.

O nome árabe da localidade seria Julumaniya” ou “Al-Julumanyia que derivará, muito provavelmente, do antigo nome romano. Entre os séculos VIII (715) e IX, a documentação é rara, não existindo grandes alusões a esta localidade. As primeiras referências serão de 874-887, sendo Makhûl ibn Umar senhor de Juromenha, um dos castelos que se constitui como foco principal das chamadas revoltas

Muladis. Em 930, Juromenha voltará a ser referida no âmbito das campanhas de submissão do Garb ao poder do califado de Córdoba, que levam Abd al-Rahmân III, primeiro califa, às portas da cidade de Badajoz. Com a capitulação do último senhor da dinastia Banu Marwân, toda esta região passa a integrar o califado de Córdoba. O hisn de “Julumaniya” é também apontado, como posto-avançado de Badajoz na obra “Kitâb Sârat al-Ard”, (Livro da Imagem da Terra), do geógrafo árabe Ibn Hawqal, que descreve o itinerário entre Santarém e Badajoz em 948, situando-o a 7 dias de viagem desde Santarém, a 2 dias de Avis, a 1 de Elvas, e a 2 de Badajoz (Rei, 2009).

Com o início do século XI, o espaço territorial do califado começa a desintegrar-se, entrando em declínio, originando uma desfragmentação em pequenos estados ou reinos, liderados por senhores locais ou regionais, designados por taifas. De acordo com alguns autores que se baseiam em fontes documentais, terá sido por volta desta altura que Juromenha se terá convertido num ribat ou “importante arrábida da fronteira muçulmana do norte” (Gonçalves, 1982: 32).

Em meados do século XII, começam os primeiros sinais de instabilidade social e surge, no ocidente peninsular, um impulso de revolta contra os Almorávidas que será encabeçado por Aḥmad ibn al-Ḥusayn ibn Qasî, um líder sufi originário de Silves. Estes movimentos revoltosos, que darão origem às segundas taifas, terminarão quando um novo movimento de reforma religiosa, os almóadas, emerge do Magrebe. Abû Muhammad Sidray ibn Wazîr, partidário de ibn Qasî e senhor de Évora, conquista Badajoz e o seu território em 1145. Dois anos depois Muhammad ibn’Alî ibn al-Hajjâm alcançou o poder nesta região, mas em 1156 os exércitos almóadas conseguem submeter Tavira e Silves e, em 1167, Mértola. A entrada definitiva e ocupação almóada da Península Ibérica inicia-se em 1163, com a subida ao poder do califa Abu Yaquub Yusuf I, al- Sahid (Barroca, 2003: 45).

Embora se inicie então um novo período de “reunificação político-militar do espaço islâmico Peninsular” (Rei, 2009), o início da governação almóada foi de bastante instabilidade devido a uma série de campanhas militares cristãs. Nos anos 60 do século XII, “a guerra alastrava pelo Alentejo com campanhas de iniciativa régia e de particulares” (Barroca, 2003: 45).

É neste contexto que se iniciam as ofensivas de Geraldo Geraldês, “O Sem Pavor”, chefe de um bando de aventureiros “que faziam da guerra a sua atividade quotidiana” e que, pela sua forma de guerrear considerada “pouco nobre” e “desleal”, não seria bem visto pelos cristãos nem pelos muçulmanos. “As fontes cristãs referem-se a «Geraldo e os seus companheiros ladrões» («et latronibus sociis eius»). As fontes islâmicas, por seu turno, não são menos duras, tratando Geraldo por «demónio», «o maldito de Deus» ou, de forma mais prosaica, por «cão»” (Barroca, 2003: 46, citando António Borges Coelho, 1972).

Mário J. Barroca considera a sequência de campanhas de Geraldo Geraldês e de D. Afonso Henriques terão sido

concertadas e parte de um “plano cuidadosamente montado que visava o ataque a Badajoz” (Barroca, 2003: 46). Iniciam os ataques a todo um conjunto de fortificações que fariam parte da rede de defesa daquela cidade. “O Sem Pavor” conquista Trujillo (em 15 de Abril de 1165), seguido de Évora (entre 9 de Setembro e 8 de Outubro de 1165), Cáceres (entre 7 de Dezembro de 1165 e 4 de Janeiro de 1166), Montanchez e Serpa (entre 5 de Março e 3 de Abril de 1166). Em 1167, toma pela primeira vez Juromenha que, pela sua proximidade, lhe servirá de base para os ataques a Badajoz. Ao mesmo tempo, D. Afonso Henriques empreende uma série de operações militares que lhe permitem a conquista dos castelos de Moura, Serpa, Alconchel e Coruche (em 1166) (Barroca, 2003: 46).

Após a tentativa falhada da conquista de Badajoz, Geraldo não desistiu e, entrincheirado em Juromenha, recomeçou a organização de novos ataques contra Badajoz, (1170) e contra Beja (1173). Terá sido em 1173 que a sua posição nesta guerra mudou, passando a estar ao serviço do lado muçulmano, fixando-se em Sevilha (Barroca, 2003: 47). No entanto, de acordo com António Rei (2009), em 1170 “Sayyid Abû Sa’îd, terá reconquistado Juromenha para as armas islâmicas, arrasando o castelo, antes de regressar a Sevilha”. O mesmo autor defende que a sua reconstrução deverá ter ocorrido aquando das investidas de Abû Ya’qûb Yûsuf, entre 1184-1185 (Rei, 2009).

D. Sancho I procede, em 1187, a uma doação antecipada desta fortificação a D. Gonçalo Viegas, da Milícia de Évora ou Freires de Évora, futura Ordem de Avis, esperando certamente conseguir conquistá-la num curto espaço de tempo. No entanto, a linha de fronteira é, nessa época, bastante instável. D. Afonso II confirmará posteriormente essa doação a D. Fernando Anes, mestre da Ordem de Avis, mas apenas no reinado de D. Sancho II, Juromenha é definitivamente reconquistada, tornando-se a sua doação efetiva.

A data deste evento é incerta. Alguns autores como António Rei, Mário J. Barroca, Nuno Severiano Teixeira, Francisco Contente Domingues João Gouveia Monteiro apontam para 1230; José Mattoso e Joaquim Veríssimo Serrão situam a tomada de Juromenha por volta de 1229-1230; Miguel Brilhante situa-a em 1242; Fernando Branco Correia assinala que deverá ter ocorrido em 1230 ou 1242 (García Blanco 2020).

Após a sua reconquista definitiva durante o reinado de D. Afonso III, Juromenha surge em documentação medieval relativa a acordos para divisão de rendimentos e tributos, entre o bispo de Évora e o Mestre de Avis. Após o Tratado de Alcanizes, em 1297, a vila fixa-se como “local estratégico de extrema importância na defesa do reino, muito devido a sua proximidade com o rio Guadiana” (Brilhante, 2015: 14). Talvez por esta razão, em 1312, D. Dinis outorga-lhe carta de foral numa tentativa de repovoamento e fixação de populações, procedendo a obras significativas de reconstrução no castelo e na povoação (Correia, 1994: 28), ampliando a antiga cerca (Brilhante, 2015: 13).

A primeira representação gráfica conhecida deste local é o levantamento efetuado por Duarte de Armas, às ordens de D. Manuel I (Figura 1).

O castelo propriamente dito, surge «com uma cintura única de muralhas de planta poligonal irregular, percorrida por adarve e coroada de merlões, que o autor não medira “por estarem mui danificados e não se poderem andar”, sobretudo a S, N e O, e reforçada com 14 cubelos quadrangulares e retangulares e 2 poligonais nos ângulos NO e SO, ameitados (exceto os arruinados, 2 a N e 2 a S) e alguns providos de base em esbarro; a E salienta-se a Torre de Menagem, retangular, sobre pódio escalonado no pano exterior à muralha; era iluminada por frestas, com porta de arco pleno na face, descentrada, e coroamento de merlões sob os quais se abriam bombardeiras, do mesmo lado da porta; no interior era “abobadada e em cima tem um mui bom aposentamento novo”; exteriormente era protegida do lado O por um “baluarte” semicircular “de abóbada e joga per fundo duas bombardeas e por cima as que parecem” (que são 3 bombardeiras), com acesso por passadiço adossado à muralha S onde se localizava a porta falsa; do lado NE abria-se a porta principal em arco pleno, gradeada, protegida exteriormente por um “peitoril” de forma semicircular; dentro do recinto muralhado erguia-se uma igreja de planta longitudinal simples com cabeceira semicircular “e debaixo da capela dela está um aljube”; extramuros, a N, estendia-se o aglomerado urbano da vila com casario térreo e duas igrejas uma delas arruinada, que “se derribou no tempo da guerra”<sup>2</sup>.

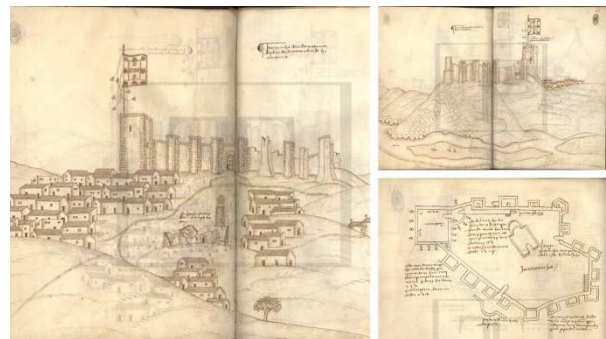


Figura 1 – Vistas e planta do castelo de Juromenha, Duarte de Armas, 1509. Fonte: “Livro das Fortalezas”, 1997.

De acordo com Luís Miguel Duarte (2003: 367), no que concerne o baluarte semicircular situado no interior do castelo e que protege a Torre de Menagem (Figura 1), este corresponde a um muro arredondado (em ângulo) com 6,6m de altura por 1,3m de espessura, podendo disparar artilharia através de 5 troneiras: «(...) tem d'altura 6 varas e a grossura do muro dele 1 vara e 1 pé». Em frente da porta principal regista-se ainda um pequeno muro de proteção («peytorill») que corresponde a uma pequena barbacã de porta (Duarte, 2003: 367).

Mário Barroca levanta a hipótese de a Torre de Menagem poder, originalmente, apresentar um alambor: um embasamento rampeado dos muros, que adotava um perfil

inclinado e não escalonado (Barroca, 2003: 113). No desenho de Duarte D'Armas, o perfil (da vista Sul) do pódio desta torre surge-nos, no século XVI, como escalonado e não rampeado, no entanto, podemos-nos questionar se os degraus que observamos serão, ou não, o resultado do desmonte de um alambor construído já em período medieval cristão (Figura 1).

As grandes alterações na estrutura defensiva de Juromenha tornam-se imperativas no âmbito da Guerra da Restauração (1644-68), acontecimento que levou à adaptação e construção de várias fortificações na raia, relacionada com a necessidade de adaptação à nova piobalística imposta pela evolução da artilharia. Os castelos e fortificações do reino encontravam-se, na época, abandonados e desadequados das novas realidades da piobalística moderna. Assim, além do esforço encetado para proceder à sua reparação, sobretudo nas zonas de fronteira do Alentejo e do Minho, e à construção de novas fortalezas em pontos estratégicos, o Conselho de Guerra viu-se obrigado a fazer frente aos “quase nulos recursos em matéria de artilharia, na dupla vertente de militares qualificados e de armas pesadas” (Monteiro, 2004: 276).

As grandes alterações na estrutura defensiva de Juromenha enquadram-se na primeira fase deste conflito, quando a situação europeia ainda não havia escalado drasticamente. Antevendo uma alteração das circunstâncias, em 1644 foram apresentados ao Conselho de Guerra “três diferentes planos para a reformulação da fortificação de Juromenha, que tinham como objetivo adaptar o antigo castelo e cerca medieval à artilharia seiscentista. O primeiro projeto, de autoria do engenheiro militar italiano Pascoeli, terá sido imediatamente descartado por proteção insuficiente<sup>3</sup>. O segundo teria sido idealizado por Cosmader que, apesar da sua reconhecida competência, terá desenhado um projeto “demasiado dispendioso, demorado e praticamente impraticável” (Brilhante, 2015: 25). O terceiro, da autoria de Nicolau de Langres,” engenheiro francês ainda sem créditos firmados” é nitidamente o favorito.

Relativamente à autoria do projeto da Praça de Juromenha, embora a teoria mais comumente aceite é de que Nicolau de Langres seria o seu autor, Miguel Brilhante (2015) apresenta alguns argumentos importantes contestando essa hipótese. Para este autor, baseando-se na troca de correspondência de D. João IV, a traça original seria de Cosmader. De facto, sabemos que este terá ficado bastante descontente pelo seu desenho ter sido preterido para o de Nicolau de Langres, engenheiro com quem teria já tido diversas contendas no passado. Logo que, por volta de Setembro de 1646, começaram as obras de construção da nova Praça de Juromenha, segundo o projeto de Langres e com o apoio de Jean Gillot, Cosmader enfurecido, terá abandonado o exército e, ao que tudo indica, terá tentado resolver a situação diretamente com o rei, conseguindo uma reunião com D. João IV, em Dezembro de 1646, que lhe terá permitido assegurar a execução de um seu projeto em Janeiro de 1647.

A sua prisão em Setembro do mesmo ano, passagem para a prisão inimiga e subsequente falecimento aquando de um

assalto a Olivença, deixou a construção da fortaleza com grandes problemas. Por se encontrar menos ocupado e mais próximo (em Olivença), Jean Gillot assumirá a obra em Juromenha. A 9 de Maio de 1648, Martim Afonso de Melo assegura ao rei que “(...) se vai continuando a fortificação que em nada se muda a traça de Cosmader (...)”. No entanto, logo de seguida contrapõe “(...) mais quer a serventia da porta passar-se a outro lugar onde fica mais defensável e livre dos padraços que tem (...)” (Brilhante, 2015: 33). Aparentemente o traçado, a ser de Cosmader, teria falhas significativas que era importante suprir, sofrendo alterações. Será de supor que quando Nicolau de Langres foi promovido ao posto de Coronel Superintendente dos Engenheiros (cargo anteriormente ocupado pelo seu rival), reassumiu a responsabilidade de construção desta praça e terá realizado outras adaptações ao esboço inicial.

As obras prolongaram-se pelos anos seguintes e decorreriam ainda quando ocorreu o trágico incêndio e explosão do paiol de pólvora (19 de janeiro de 1659). Um acidente terá provocado uma explosão do paiol de Juromenha que se situaria no interior do castelo, junto à casa do governador (localizada provavelmente na Torre de Menagem ou próxima desta) (Brilhante, 2015: 39). Este evento arruinou “grande parte das estruturas já edificadas, assim como o antigo paço medieval, vitimando a guarnição composta por uma centena de estudantes [...] e três mestres, que os capitaneavam, entre os quais se destacava o reitor da Universidade de Évora, padre Francisco Soares da Companhia de Jesus.”<sup>4</sup>

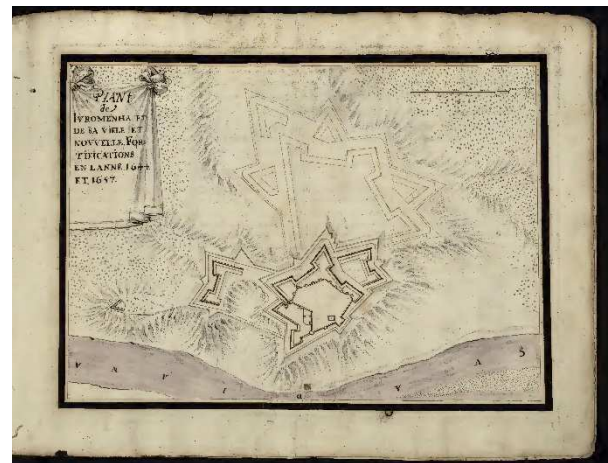


Figura 2 – Praça-Forte de Juromenha elaborada por Nicolau de Langres.

Também Langres passaria para o lado inimigo, traido os segredos desta fortificação, e comandando pessoalmente a artilharia espanhola, possibilitou a tomada de Juromenha por D. Juan José de Áustria (1662). A praça ficou ocupada com tropas espanholas até ao tratado de Lisboa (13 de Fevereiro de 1668).

Em 1755 foi bastante afetada com o terramoto, principalmente a fortificação moderna e a igreja. Sofreu retificações e benefícios que englobaram a construção do fortim do porto das barcas, de contraguardas e obras mortas do lado do rio.

Será também no âmbito de melhoramentos efetuados em finais do século XVIII, a construção do Cavaleiro de Santo António que protege o baluarte com o mesmo nome, exercendo um domínio sobre a paisagem e relevo a Norte (Figura 3).

A fortaleza de Juromenha foi tomada pelo exército franco-espanhol de D. Manuel Godoy, em 1801. A sua posse foi recuperada em 1808. Desde essa época, a fortaleza beneficiou de algumas das obras de reparação previstas no plano de 1817. Estas terão sido as últimas obras realizadas antes do abandono definitivo da fortaleza, no início do século XX, parcialmente causado pela peste bubónica que dizimou uma parte da população e, a partir de 1920, deslocou os habitantes para os arrabaldes de São Lázaro e de Santo António.

A 18 de Julho de 1957 o conjunto fortificado é classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. nº 41191, do DG nº 162. A partir desta época é iniciado pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais o plano de trabalhos de restauro e consolidação da fortaleza, com prioridade para as obras de beneficiação e consolidação na muralha abaluartada exterior.

Do ponto de vista das intervenções arqueológicas aqui realizadas, salienta-se a escavação de várias sondagens por uma equipa de investigadores luso-franceses, autorizados pelo IPPAR. Neste contexto, desenvolveram-se, dez campanhas no âmbito do projeto de investigação “Intervenção Arqueológica na Fortificação de Juromenha – Alandroal” da responsabilidade do Professor Doutor Fernando Branco Correia e do Professor Christophe Picard (entre 1988 e 1997). A análise do espólio recolhido e do levantamento efetuado nas muralhas medievais permitiu o reconhecimento de elementos romanos que pertencerão a uma ocupação deste período, provavelmente arrasada por ocupações posteriores.<sup>5</sup>

### 3. Os trabalhos realizados

O caderno de encargos previa diferentes tipos de trabalhos arqueológicos para os diversos espaços abrangidos pelo projeto. Estes enquadravam-se em três grandes grupos: Escavação Arqueológica, Escavação Acompanhada e Acompanhamento Arqueológico.

#### 3.1 A Escavação Arqueológica

O interior do recinto medieval adjacente às muralhas juntamente com o percurso entre as portas medievais Norte e Sul e o percurso do eixo Este-Oeste, entre o lagar e a Igreja, corresponde à área abrangida pela escavação arqueológica. Ocupado por quarteirões que a cartografia dos séculos XVIII e XIX registou com uma maior ou menor precisão, este espaço correspondia à parte intramuros da vila de Juromenha, ocupada até aos inícios do século XX (Figura 3).

Os depósitos escavados são exclusivamente níveis antrópicos que correspondem a derrubes, desmoronamentos e ruína da última fase de ocupação das construções identificadas. Este abandono apresenta uma cronologia centrada entre os finais do século XIX e os inícios do século XX.

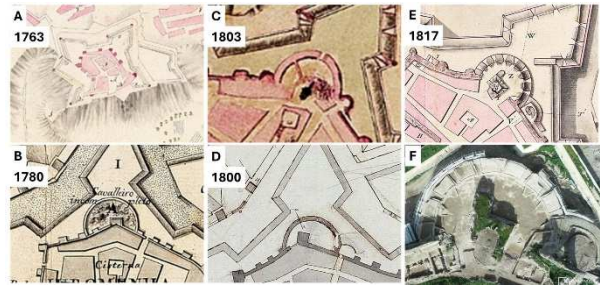


Figura 3 – Pormenores de algumas plantas de Juromenha: A) “Plan de Juromenha en l'etat en quelle se trouve an l'aneé de 1763 / Gustave Adolphe Hercule de Chermont; copié par Cadet Windt. [S.l.: s.n.], (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2066-2-18-26). B) “Planta da praça e villa de Juromenha e seus contornos. [S.l.: s.n.], 1780”, podendo observar-se o Cavaleiro de Santo António, ainda em construção. (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2035-2-18-26); C) “Planta da praça de Juromenha no seu estado actual.” [S.l.: s.n.], 1800 (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2060-2-18-26). D) “Planta da praça de Juromenha : com o terreno adjacente e avenidas indefeitas / levantada por ordem do Ilm.o e Exm.o Sr. Marqez de Larozière, Tenente General, e Inspector Geral das Praças, e Fortes da Fronteira e Costas Marítimas do Reyno pelo Tenente Coronel C. H. de Niemeyer.” [S.l.: s.n.], 1803 (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2061-2-18-26). E) “Plano director da praça de Juromenha / levantado pelo Major do Real Corpo de Engenheiros Manoel Joaquim Brandão de Sousa, e às suas ordens o 1º Tenente Paulino Maria Salvo e o 2º dito Joaquim Manoel Vidal, ambos do mesmo Real Corpo; Joaquim Manoel Vidal, 2º Tenente do Real Corpo d'Engenheiros, desenhou”. [S.l.: s.n.], 1817 (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2043-2-18-26). F) Aspeto do registo final do Cavaleiro de Santo António, após a intervenção arqueológica, sendo perfeitamente reconhecíveis as banquetas, merlões e canhoneiras desta estrutura.

A intervenção possibilitou reconhecer um conjunto de estruturas, organizadas em compartimentos de edifícios: muros, pavimentos interiores e exteriores, nichos ou armários, vestígios de degraus e lanços de escadas, que revelam a existência de imóveis com mais do que um piso.

No conjunto dos muros registados, temos evidências de várias tipologias construtivas desde alvenaria de pedra seca, alvenaria de pedra argamassada (com aparelho irregular em xisto, inclusões de seixos quartzíticos e cerâmica de construção), alvenaria de tijolo “burro” ligado por argamassas e, sobretudo, construções em terra em taipa civil recorrendo à utilização de bastante pedra (de calibre variado) e cerâmica de construção ao nível da base. Frequentemente os alçados encontram-se revestidos por argamassas, com reboco e caiados ou estucados. Integrados neste conjunto, reconhecemos várias caixas de escadas relativamente destruídas, podendo os degraus apresentar-se revestidos de tijoleira ou lajes de xisto (Figura 4).

Do ponto de vista da estabilidade, estas estruturas revelaram-se bastante deterioradas e fragilizadas, quer pela natureza friável da taipa civil e das argamassas, quer pelos derrubes resultantes da ruína das próprias casas ou mesmo devido à queda de grandes blocos de taipa militar da muralha contígua.



Figura 4 – Exemplos de estruturas com diferentes tipologias construtivas, por vezes com vestígios de reboco.

Os pavimentos expostos encontram-se razoavelmente bem preservados. Enquanto os exteriores são em calçada de pedra irregular e/ou seixos, os pisos interiores são muitas vezes construídos com lajes de xisto, uma combinação de ambos ou terra batida. Frequentemente, as lajetas de xisto correspondem a reparações efetuadas, a posteriori, em pavimentos que seriam originalmente em tijoleira.

Do ponto de vista dos níveis de circulação exteriores, distinguem-se as calçadas detetadas em vários pontos da área de projeto e que compunham os arruamentos da povoação e da fortaleza durante os períodos moderno e contemporâneo. Correspondem a ruas construídas com pedras roladas ou angulosas de xisto e calcário, por vezes com inclusão de seixos de rio, que faziam a ligação entre as zonas da Igreja, da porta Norte e da porta Sul acomodando o casco urbano intramuros da época moderna.

A preservação destas estruturas é bastante boa, ainda que a extremidade sul da calçada entre a Porta Norte e a Porta Sul se encontrasse bastante danificada, denotando uma afetação causada, muito provavelmente, pela procura de pedra para outras construções na aldeia (Figura 5). Este problema não é exclusivo das calçadas exteriores em pedra pois também se verificou uma intencionalidade na remoção de pavimentos interiores em tijoleira, notando-se ainda os negativos na argamassa onde assentavam os ladrilhos.



Figura 5 – Diferentes tipos de pavimento: interiores em tijoleira e com lajes de xisto (em cima), exteriores em calçada (em baixo).

A escavação arqueológica abrangeu também o espaço interior das estruturas militares de cronologia contemporânea, construídas entre finais do século XVIII (cerca de 1780) e inícios do século XIX: o Cavaleiro de Santo António e o Cavaleiro a Barbete.

A cartografia disponível assinala que o Cavaleiro de Santo António estaria a ser construído por volta de 1780, ainda sem o Pequeno Cavaleiro Superior. A estrutura envolvia o tramo de muralha imediatamente a poente da Porta Norte.

A documentação consultada permitiu-nos aferir que, em 1805, Raimundo Valeriano da Costa Correia, Tenente-coronel Engenheiro, alega (na sua Memória Relativa à Praça de Juromenha) lhe ter parecido indispensável a colocação do Cavaleiro sobre o Baluarte de Santo António pois o sistema abaluartado desta praça não se conseguia opor às baterias inimigas colocadas nas referidas elevações: “tendo este por objeto generalizar os fogos não só sobre as referidas alturas e Arrabaldes conjuntos mas também por uma grande circunferência que excede de duzentos graus”<sup>6</sup>.

No mesmo documento ficamos a saber que a construção teria sido interrompida, talvez por ordens superiores, encontrando-se já “com dezoito palmos acima do terraplano”<sup>7</sup>. Este facto parece consistente com a planta datada de cerca de 1800, onde o Cavaleiro surge inacabado e com a edificação do Cavaleiro a Barbete iniciada (Figura 3).

A sua construção implicou o desmonte e destruição de estruturas habitacionais e militares mais antigas. No caso do Cavaleiro de Santo António e do seu Pequeno Cavaleiro Superior, foram demolidas não apenas casas, mas também partes da muralha de origem medieval e pelo menos duas torres, sendo uma destas a Torre 10, reconstruída no âmbito do actual projeto.

O cavaleiro de Santo António, é uma estrutura semicircular, construída sobre o baluarte homónimo, que tem como objetivo conferir à fortaleza um maior domínio sobre a paisagem, reforçando a defesa das posições Norte e Noroeste, zonas muito expostas ao fogo da artilharia inimiga.

O seu interior encontrava-se completamente aterrado e o seu estado de preservação era bastante fraco, principalmente no que concerne os muros dos merlões. Ainda assim, durante a escavação arqueológica foi possível registar uma série de estruturas interiores intrinsecamente relacionadas com a funcionalidade marcial do espaço: canhoneiras, merlões, plataformas para canhões e banquetas, permitindo a sua posterior reconstrução no âmbito do corrente projeto. A circulação neste espaço realizava-se por um piso de argamassas e terra batida. Durante os trabalhos, foi possível reconhecer, no lado poente do cavaleiro, um nível de argamassas friáveis bastante degradadas que se encontrava muito alterado, onde os sedimentos cobriam vestígios muito destruídos de estruturas habitacionais mais antigas, desmanteladas pela construção desta estrutura militar.

A comparação dos achados com a cartografia existente, de inícios do século XIX, permitiu aferir a rigorosidade da

documentação militar, uma vez que as estruturas deste espaço se apresentam organizadas exatamente como representado nas plantas deste período (Figura 3).

A área correspondente ao Cavaleiro a Barbete seria, genericamente, a zona onde ficaria localizada barbacã de porta representada nos levantamentos do Duarte d'Armas (1509), nomeadamente na vista da muralha e Porta Norte e na planta do Castelo (Figura 1 e Figura 6). Pensa-se que esta terá sido eliminada aquando da construção da fortaleza moderna pois não se encontra representada em nenhuma planta dos séculos XVII ou do XVIII (Figura 6). Trata-se de uma estrutura semicircular, de menores dimensões que o Cavaleiro de Santo António, adossada a este último e com um muro retilíneo, paralelo à muralha medieval.

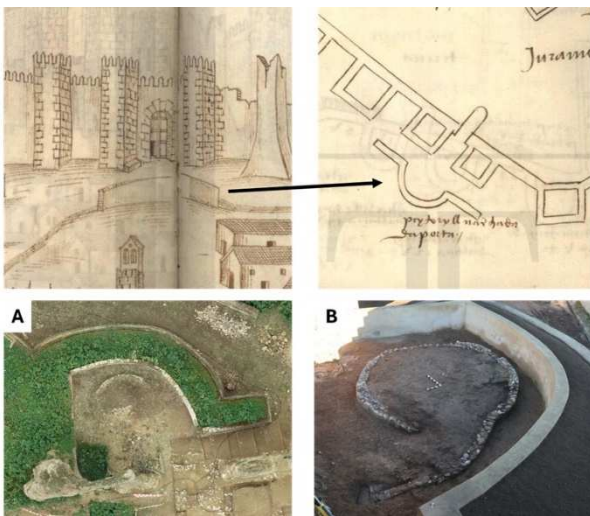


Figura 6 – Em cima: pormenores da vista da Porta Norte (esquerda) e da planta do Castelo de Juromenha (à direita), com a barbacã assinalada, de Duarte d'Armas. Em baixo: Cavaleiro a Barbete, antes da intervenção (A) e após a escavação (B).

A ausência de representação desta construção nas plantas anteriores a 1780, leva-nos a crer que a estrutura medieval poderá ter sido desmontada durante a edificação da fortaleza abaluartada, pois a reconversão do espaço do castelo medieval em fortaleza da época moderna implicou profundas remodelações na topografia do terreno.

Durante os trabalhos ficou exposta uma plataforma central circular, com rampa onde ficaria estacionada a artilharia pesada. Esta estrutura era rodeada por um caminho ou acesso em terra batida onde poderiam eventualmente ficar os defensores armados com artilharia ligeira. Este corredor era também um caminho coberto protegido do fogo inimigo, através do qual de poderia proceder ao abastecimento desta frente.

### 3.2 A Escavação com Acompanhamento Arqueológico

Com os trabalhos preparatórios para a reconstrução em taipa junto à Porta Sul do castelo medieval, procedeu-se à limpeza das áreas onde se localizariam estes troços de muralha, tendo

a intervenção permitido aferir que a estrutura defensiva de cariz medieval havia sido desativada e desmontada na sua quase totalidade, sendo o espaço absorvido pelo casario da época moderna.

Neste local foi registada uma estrutura de tipologia diferente dos muros das casas e da muralha de taipa que foi parcialmente desmontada pela construção das habitações modernas, encontrando-se o seu miolo à vista. Era encostada pela muralha de taipa e construída em alvenaria de blocos irregulares de xisto, ligados por uma argamassa argilosa e esbranquiçada. Considerando-se as suas características distintas levantaram-se algumas hipóteses relativamente à sua origem e cronologia. Uma das possibilidades aponta no sentido de poder, eventualmente, ser um vestígio de um período mais recuado encontrando-se relacionada com a Porta Sul, identificada pelo Professor Fernando Branco Correia como islâmica. A alternativa será a muralha contígua ser uma reconstrução mais tardia, avançando a sua cronologia para uma época mais recente.

Uma observação mais atenta desta estrutura permitiu detetar diferentes fases construtivas. Assim, embora numa primeira fase estivesse integrada na muralha, é possível assinalar, na parte superior, uma reconstrução que se articula com um segundo momento, também de reedificação, da muralha em taipa.



Figura 7 – Aspecto da área junto à Porta Sul, onde se pode observar parte do casario moderno que assimilou a muralha medieval (em cima). Em baixo, a estrutura mais antiga registada nas proximidades da Porta Sul do Castelo medieval.

Na parte inferior desta construção foi possível registar vestígios de um preenchimento aplicado entre as pedras da estrutura. É muito provável que este, originalmente, ocupasse toda a sua superfície, concedendo ao alçado um aspeto muito mais regularizado. Como se tratava de uma fina camada, apenas se preservou a parte inferior (Figura 7).

Ainda na sequência dos trabalhos previstos foi possível reconhecer uma estrutura com aproximadamente 13,5m de comprimento por 0,5m de largura. Trata de um banco construído em alvenaria de pedra com argamassa, rebocado no exterior e revestido, no topo, com lajes de xisto, que apresentam alguma degradação devido à laminação natural deste tipo de pedra. A estrutura acompanha o natural declive do terreno e, no seu topo, em algumas lajes, são visíveis linhas incisas consistentes com a sua utilização como “Jogo do Alquerque de doze”. Inicialmente foram identificados dois tabuleiros onde as linhas estão bem vincadas. Após a finalização da limpeza, foi possível confirmar que o mesmo jogo se encontra marcado, de forma mais subtil em outras lajes onde o padrão está identificado quer por linhas pouco visíveis, quer por “covinhas” ou uma combinação de ambas (Figura 8).



Figura 8 – Perspetiva do banco e lajes com lajes com tabuleiros de jogo.

A decapagem no interior dos vários baluartes permitiu o reconhecimento de estruturas militares junto aos paramentos internos. Estas apresentam uma relação de sincronia com a muralha abaluartada, tratando-se sobretudo de vestígios de banquetas e de algumas plataformas de canhão que apresentam diferentes graus de preservação.

Uma parte significativa das banquetas observadas encontram-se ao nível dos alicerces. Exibem uma construção em alvenaria de pedra em xisto, ligada por argamassa de cal. O topo seria, ao que nos foi possível apurar, rematado por alvenaria de tijolo, assente em cutelo. O caminho de acesso às guaritas era, na maior parte dos casos em terra batida, ainda assim, foi possível expor um troço de pavimento em lajes de xisto no acesso à guarita do Baluarte de S. Lourenço (Figura 9).

Representadas por um nível de argamassa, a maior parte das plataformas de disparo para os canhões encontravam-se em fraco estado de conservação, preservando-se sobretudo a

extremidade frontal das mesmas, onde encostam à muralha. Ainda assim, algumas destas estruturas encontravam-se sobrelevadas relativamente ao terreno original (Figura 9).



Figura 9 – Exemplos de pavimentos, banquetas e plataformas de canhão identificadas na escavação acompanhada.

No perímetro interior da fortaleza abaluartada, outro dos locais a interencionar correspondia a uma grande área de entulhos a Noroeste, entre as torres da cerca medieval situadas a poente do Cavaleiro de Santo António.



Figura 10 – A) Aspecto da torre 3 antes da remoção dos escombros resultantes da sua ruína parcial. B) Aspecto da área onde se localiza a Torre 3, cerca de 1950. Nesta foto é perceptível que a torre é praticamente inexistente e que a muralha sofreu uma acentuada degradação e se encontra muito fragilizada (Foto SIPA 00156515, 1950). C) Aspecto da área de entulhos, envolvente à Torre 3, em 1985 (Foto SIPA 00156679, 1985).

No caso da torre designada como 3, podemos afirmar com toda a certeza que a estrutura reconstruída no âmbito do actual projeto foi o resultado de trabalhos de construção em alvenaria e taipa realizados já em finais do século XX pois a queda quase completa desta estrutura encontra-se documentada desde os anos 50 do mesmo século (Figura 10).

Junto ao paramento externo do Cavaleiro de Santo António foi escavada e reconstruída uma estrutura, designada como Torre 10. Trata-se de uma das torres que, integrada na cerca medieval, que teve de ser anulada em finais do século XVIII, de modo a permitir a construção daquela estrutura defensiva contemporânea (Figura 11).



Figura 11 – Aspecto da Torre 10, junto ao cavaleiro de Santo António, antes da escavação (esquerda) e depois da sua limpeza (direita).

A parte inferior da torre 7 aparenta corresponder ao alicerce da Torre de Menagem do castelo medieval, representada por Duarte D'Armas. Na sua representação de perfil, na vista Sul do pódio da torre, este surge-nos, no século XVI, como escalonado. No entanto, de acordo com Mário Barroca, poderá ser o vestígio de um antigo alambor, tendo o original islâmico sido parcialmente desmontado, transformando uma superfície rampeada inclinada num perfil escalonado (Barroca, 2003: 113).

Esta sapata apresentava-se parcialmente desmontada, estando o seu miolo à vista. Eram visíveis restos de preenchimentos em argamassa por entre as pedras e, na parte inferior, um muro de taipa adossado à alvenaria, correspondendo a vestígios de uma edificação que encostaria

a este alicerce. Também no assentamento da torre propriamente dita, onde esta se apoia no embasamento, se registaram marcas de um telhado.

Embora conscientes de que a torre actual não corresponde à Torre de Menagem do período cristão (destruída em 1659 por uma explosão) e de que o seu pódio foi parcialmente desmontado, a análise do alçado do seu alicerce permitiu o reconhecimento da existência de três “degraus”, no lado do Guadiana (Figura 12).

A actual torre apresenta-se construída com inúmeros elementos pétreos reaproveitados, nomeadamente silhares graníticos de forma paralelepípedica aplicados nos cunhais e algumas pedras de mármore com decoração (Figura 13). O tratamento e consolidação realizado na alvenaria da Torre 7 foi acompanhado de um registo fotográfico destas últimas que foram atribuídas pelo Professor Fernando Branco Correia ao período visigótico (CORREIA, 1992: 75).

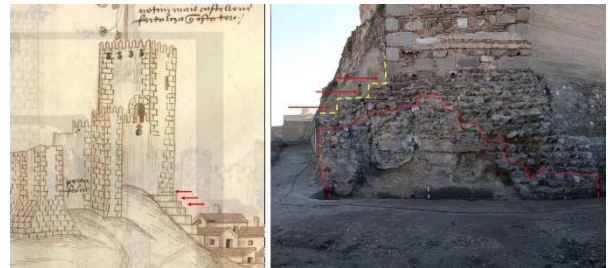


Figura 12 – Pormenor do fólio 22 do “Livro das Fortalezas” de Duarte d’Armas, podendo observar-se a sua sapata em pódio escalonado.(à esquerda); Sapata da torre 7. A vermelho encontram-se marcadas as zonas de preenchimento posteriores e a amarelo (sob a taipa) os vestígios do escalonamento desta estrutura (à direita).



Figura 13 – Pedras reaproveitadas na Torre 7, antiga torre de menagem.

### 3.3 O Acompanhamento Arqueológico

O Acompanhamento arqueológico incidiu sobre um vasto conjunto de atividades: implantação do estaleiro; demolição de elementos espúrios; desmatação, decapagem, nivelamento e reposição do terreno; desmonte e reconstrução de alvenarias e taipas; trabalhos de reconstrução na Casa da Guarda; trabalhos de construção civil relacionados com falsa Torre de Menagem; abertura de valas de eletricidade e ITED; entre outros.

Considerando a diversidade destas atividades, iremos apenas abordar algumas das que permitiram reunir elementos que contribuíram para o conhecimento deste espaço, durante os períodos medieval e moderno.

As afetações nas áreas de decapagem e desmatação remetidas para Acompanhamento Arqueológico foram, no geral, bastante superficiais, não excedendo os 0,15m – 0,25m de profundidade. Ainda assim, na parte N do fosso e na extremidade nascente exterior da Obra Corna, foram identificadas estruturas correspondentes à Cerca Exterior da fortaleza abaluartada seiscentista, construção defensiva que se encontrava desaparecida ou oculta na sua quase totalidade (Figura 14).

Assim, no canto Nor-Noroeste do fosso, em frente ao Baluarte de Santo António, foi referenciado o muro do caminho coberto, o muro da banqueta e o degrau de acesso a esta. A cronologia destas estruturas defensivas remonta ao século XVII, uma vez que surge na planta de Juromenha de Nicolau de Langres (1644-1657). Constatou-se ainda que, a guarita que aqui existiria e que se encontra bastante visível nas plantas do Plano Director de Juromenha de 1817 terá sido completamente anulada pela construção da actual estrada de acesso à fortaleza e aos arrabaldes de S. Lázaro. É muito provável que entre os séculos XVII e XIX, o caminho original fosse mais pequeno e afastado da Fortaleza, devido à presença das estruturas defensivas externas ao Parapeito Exterior, nomeadamente as escarpas de proteção ao fosso.

Também na parte nascente do Hornaveque ou Obra Corna de Santo António, foi parcialmente identificada a plataforma do caminho coberto da Cerca Exterior, com a respetiva contraescarpa, que se enquadram no perímetro defensivo exterior original da Fortaleza de Juromenha. Ainda assim, o muro do parapeito do caminho coberto da Cerca Exterior não foi identificado.

Enquadrando-se no espírito do projeto em curso, as estruturas foram consolidadas, ficando expostas para apreciação dos visitantes.



Figura 14 – Localização das estruturas da cerca exterior ao fosso, registadas nas envólucras do baluarte de Santo António.

A limpeza do terreno para construção de um novo muro no exterior do caminho de acesso à fortaleza permitiu identificar uma calçada em seixos que, apesar das diferenças de cota para com o caminho actual, se articulava com a entrada da cerca exterior, descrevendo uma ligeira curva. O arruamento que existe hoje, resultou de um rebaixamento do terreno original que cortou esta calçada. O perfil deste corte permitiu verificar a existência de duas estruturas negativas: uma sob a calçada e a outra, natural, numa área imediatamente a sul. De modo a conseguir a preservação da calçada e estruturas negativas, o muro a construir foi ligeiramente ajustado, tendo os contextos sido tapados com geotêxtil (Figura 15).

De salientar que, em 2015, nas sondagens arqueológicas realizadas no quintal da habitação que se localiza em frente a este local, foram referenciadas sepulturas que a direção científica determinou poderem ser do período islâmico por terem sido detetados dois enterramentos em decúbito lateral direito (CNS: 36135).



Figura 15 – Aspecto da calçada e estrutura negativa antrópica localizada sob a calçada.

A abertura das valas de iluminação e ITED, implicou a realização de uma sondagem no caminho actual, na zona onde se encontraria a muralha medieval anexa à ombreira Norte da Porta Sul, identificada pelo Professor Fernando Branco Correia como sendo do período islâmico. O objetivo destes trabalhos foi confirmar a presença de vestígios da fortificação islâmica em taipa e, simultaneamente, estudar um percurso para os cabos que implicasse o mínimo de afetação em eventuais estruturas coevas da Porta Sul medieval.

Este espaço havia sido sondado pelo Professor Fernando Branco Correia em 1988, numa das áreas que referenciou como tendo sido escavada por um dos empreiteiros responsáveis pelas obras de recuperação da fortaleza e que expuseram parcialmente a ombreira Sudeste desta estrutura. A escavação arqueológica realizada por este investigador permitiu detetar também a ombreira Noroeste, que se encontrava bastante mais destruída.

Os trabalhos realizados no âmbito do corrente projeto permitiram corroborar que a muralha medieval se prolongava

sob o pavimento actual de calçada. A poente, foi reconhecido o alicerce de uma fase mais recente da Porta Sul, construído após a desativação da estrutura análoga medieval. Ao que tudo indica, deverá ter sido durante o processo de construção da nova Porta Sul, que a muralha medieval terá sido desmontada e nivelada para a colocação do ensoleiramento da calçada e conseqüente regularização do caminho de acesso à vila, intramuros (Figura 16). Esta alteração resultou da necessidade de alargamento do acesso ao exterior do recinto quando, em plena época moderna, a construção medieval deixou de satisfazer as reais necessidades de uma fortaleza abaluartada.

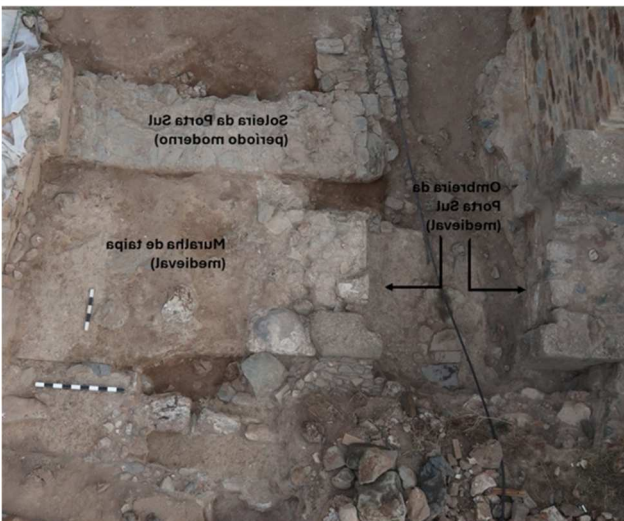


Figura 16 - Perspetivas da área correspondente à porta Sul do castelo, nos períodos medieval e moderno.

O apoio à limpeza e consolidação das estruturas parietais foi realizado através do acompanhamento arqueológico de decapagens de terras e remoção de derrubes. No espaço

tradicionalmente designado como Lagar, foi realizado rebaixamento de terras acumuladas no seu interior e exterior, bem como nivelamento e regularização do solo para colocação de andaimes.

Destes trabalhos resultou a identificação de uma estrutura em alvenaria de tijolo, pedra e argamassa que foi apenas parcialmente definida, sendo posteriormente protegida com geotêxtil e tapada. Também se registou a base de uma moenda de azeitona, constituído por uma base de granito onde se moveriam uma ou mais galgas de pedra (Figura 17).



Figura 17 - À esquerda: aspecto da área do Lagar, antes da intervenção. À direita: lagar após a decapagem podendo observar-se a base de uma moenda para a azeitona.

Também a colocação de uma drenagem para águas pluviais na área da abóbada do corredor de entrada na fortaleza, implicou a abertura de valas paralelas a esta estrutura. A intervenção efectuada permitiu que se reconhecesse e registasse um conjunto de vestígios que incluem um muro de parapeto e respetiva banqueteta, associados a uma caixa de escoamento de águas que integraria o sistema primitivo de drenagem pluvial da fortaleza.

Estas estruturas correspondem à primitiva disposição e organização das banquetas e merlões do baluarte de S. Lourenço. A análise da cartografia histórica permitiu restabelecer que, em 1780, ainda se mantinha a configuração original deste espaço. Apenas a partir de 1817 se regista desmonte de uma parte do merlão e banqueteta original (Figura 18).

#### 4. Considerações finais

Sintetizando, os trabalhos arqueológicos contemplados no âmbito da “Fortaleza de Juromenha: Projeto de Consolidação e Restauro dos Paramentos do Perímetro Abaluartado Exterior e Cerca Islâmica e Medieval Interior” permitiram interencionar uma área substancial da fortaleza abaluartada e espaços da vila situada no interior da cerca de traçado medieval.

Entre o registo efectuado por Duarte d’Armas, nos inícios do século XVI, e a construção da fortaleza abaluartada, em meados do século XVII, o castelo medieval parece ter perdido a sua importância militar, passando o interior da cerca a contar com população civil. Durante a época moderna, este mesmo espaço deverá ter sido uma ocupação compartilhada entre estruturas civis e construções militares afectas ao aquartelamento e bom funcionamento da guarnição defensiva da fortaleza moderna. Este facto evidencia-se pela presença, no interior da fortaleza, de edifícios associados à vida civil:

Capela da Misericórdia, Igreja de S. Francisco, Lagar e Prisão civil.

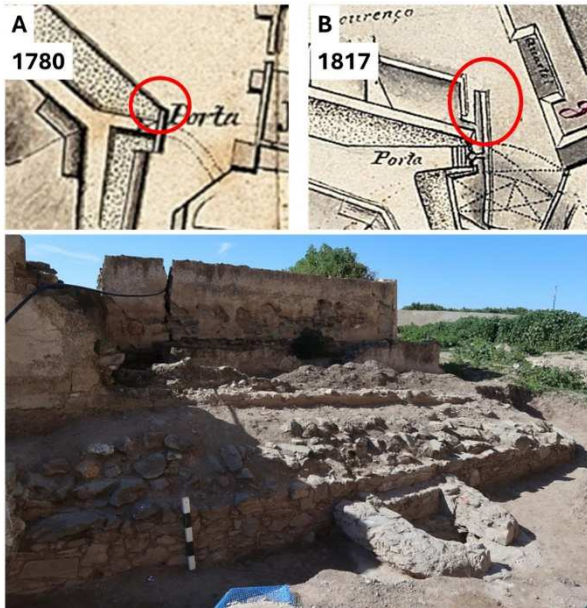


Figura 18 - A) “Planta da praça e villa de Juromenha e seus contornos. [S.l. : s.n.], 1780” (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2035-2-18-26). B) “Plano director da praça de Juromenha / pelo Major do R. C. de Engenheiros Manoel Joaquim Brandão de Souza, e às suas ordens o 1o Ten.te Paulino Maria Salvo e o 2º dito Joaquim Manoel Vidal. [S.l.: s.n.], 1817.” (Biblioteca do Exército: PT-GEAEM/DIE-2044-2-18-26).

Na sequência das ações realizadas, foi possível referenciar construções civis correspondentes a habitações da época moderna, expor alguns dos arruamentos do mesmo período e colocar a descoberto estruturas militares que o tempo e a erosão haviam ocultado.

Na área correspondente à antiga vila intramuros, as estruturas identificadas encontram-se relacionadas com contextos residenciais (muros de compartimentação, escadas, pavimentos interiores em tijoleira e lajes de xisto) e alguns dos arruamentos exteriores pavimentados com calçada. Todos estes contextos se encontram associados a uma ocupação moderna e contemporânea do antigo casco urbano. O casario encontrava-se adossado à muralha, tendo esta sido registada e identificada durante os trabalhos arqueológicos nos vários sectores escavados. Constatou-se ainda que, embora em projeto se tenha assumido 1,90m de largura, esta estrutura apresentava, na realidade, cerca de 2m a 2,5m de largo.

Ainda entre as estruturas civis observadas podemos salientar a base do moinho do lagar de azeite e um banco revestido com lajetas de xisto, algumas das quais apresentam vestígios de utilização como tabuleiro de jogos “do Alquerque de doze”.

As construções registadas em espaços iminentemente marciais correspondem essencialmente a estruturas de funcionalidade militar, nomeadamente, plataformas para instalação de artilharia pesada, merlões, muros de caminho coberto e banquetas, por vezes com acesso através de rampa.

Salientamos que, embora exista a propensão para identificar o cavaleiro a Barbete com a Barbacã de Porta representada nos levantamentos de Duarte d’Armas, ao longo dos trabalhos realizados não nos foi possível encontrar evidências de que as duas estruturas possam ser a mesma ou até que exista uma coincidência exata de ambas no espaço. Como referimos anteriormente, a análise da documentação histórica, permitiu-nos aferir que a construção deste cavaleiro se encontra referenciada desde finais do século XVIII / inícios do século XIX, devendo ter sido iniciada por volta de 1780.

#### Referências Bibliográficas

- BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977]. London. Batsford Book.
- BRILHANTE, Miguel de Carvalho (2015) – *Juromenha: Chave do Guadiana – o Lugar, a Fortaleza e o Futuro*, Dissertação de Mestrado em História de Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).
- BRUNO, P. (2000) – *A Fortaleza de Juromenha, contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Orientação de Fernando Pinho. Évora. Universidade de Évora (texto policopiado).
- BRUNO, P. (2000) – *Taipa Militar no Garb al-Andalus (séculos X-XIII)*. *Almadan online*. 2ª série. Tomo 2. Julho 2023.
- BRUNO, P. (2006) – *A Fortaleza de Juromenha, contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*. Resumo da Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico (texto policopiado).
- CARANDINI, A. (1997) – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*. [1ª Ed. 1981]. Barcelona. Editorial Critica.
- CARRIÉ, Jean-Michel (2017) – *Em torno do exército e da arquitectura militar romana do século IV d.C.. Évora*. In: SANTOS, Maria Teresa; CORREIA, Fernando Branco (eds.), *CIDEHUS' e-Working Papers*. Universidade de Évora.
- CONCEIÇÃO, M.T. (2018) – *A fortificação no contexto da cultura arquitetónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII*. In: ROCHA, M. J. (coord.), *História da Arquitetura – Perspetivas Temáticas*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura. Espaço e Memória
- CORREIA, F.B. (1992) – *Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha: primeiros resultados*, *Arqueologia Medieval*. Vol. I. Porto: Edições Afrontamento: 71-89.
- CORREIA, F.B. (2010) – *Fortificação, guerra e poderes no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*. Évora. Dissertação de doutoramento em História (policopiado).
- DORDIO, P.; TEIXEIRA, R; SÁ, A. (2001) – *Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia*, *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa. Museu Nacional de Soares dos Reis (IPM).
- DUARTE DE ARMAS (2006) – *Livro das Fortalezas*. edição fac-símile do MS159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. com Introdução de Manuel Silva Castelo Branco. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA. 3ª ed.
- FERNANDES, L.; ALBERTO, E. (2011) – *Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa. O Arqueólogo Português*. Série V. 1. Lisboa: 739-783.

FERNANDES, L.; SILVA, J.N. (2006) – *Jogos de tabuleiro de pedra, em Portugal: o caso do Mosteiro da Batalha*. Lisboa. Apenas Livros. Lda.

FITAS, A.P. (2007) – *Olivença e Juromenha. Uma história por contar*. Lisboa. Edições Colibri.

GARCIA PORRAS, A. (2008) – *La cerámica en azul y dorado valenciana del siglo XIV e inicios del XV*. Valencia. Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias Gonzáles Martí.

GOGGIN, J. M. (1968) – *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries*. Yale Publications in Anthropology. number 72. USA. Yale University-Department of Anthropology.

HARRIS, E. C (1991) – *Principios de Estratigrafia Arqueológica*. [1ª Ed. 1979]. Barcelona. Editorial Critica.

LEPAGE, Jean-Denis (2010) – *Vauban and the French Military under Louis XIV. An Illustrated History of Fortifications and Strategies*. North Carolina (USA). McFarland & Company. Inc.. Publishers.

Moreira, I.A. (2013) – *Memórias Paroquiais da Vila de Alandroal e seu termo (1758)*. Lisboa. Edições Colibri / Câmara Municipal de Alandroal.

NUNES, A.L.P. (2005) – *Dicionário de Arquitectura Militar*, Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

PERDIGÃO, J. C. (1976) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000: Notícia explicativa da Folha 37-C – Juromenha*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

PLAZA ESCUDERO, L.; LIZASOAIN HERNANDEZ, J.; MARTÍNEZ MURILLO, J.M. (2021) – *Guía Visual de la Arquitectura en el Mundo Antiguo. Prehistoria, Mesopotamia, Egipto, Grecia y Roma*. [1ª Ed. 2020]. Madrid. Ediciones Cátedra.

PLAZA ESCUDERO, L. (coord.) (2014) – *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa. Quimera Editores.

### Cartografia Geral

*Carta Militar de Portugal, folha 441: Juromenha (Alandroal)*. escala 1/25 000. Serviço Cartográfico do Exército.

*Carta Geológica de Portugal, folha 37-C: Juromenha*, à escala 1/50 000. 1974. Serviços Geológicos de Portugal.

### Páginas de Internet

Portal do Arqueólogo: [Portal do Arqueólogo \(patrimoniocultural.pt\)](http://portal.arqueologo.pt)

SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) – [http://monumentos.gov.pt/site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/Default.aspx)

Museu da Memória Rural – [Memórias-de-um-lagar-de-azeite.pdf \(museudamemoriarural.pt\)](http://museudamemoriarural.pt)

Lagar de Azeite do Palácio do Marquês de Pombal, Oeiras - [Lagar do azeite \(oeiras.pt\)](http://lagar-do-azeite.oeiras.pt)

### Fontes

PACHECO, P; AGUIAR, J., coord. (2020) – *Fortaleza de Juromenha: Projeto de Consolidação e Restauro dos Paramentos do Perímetro Abaluartado Exterior e Cerca Islâmica e Medieval Interior*. *Arquitectando* – Sociedade de Consultadoria e Projectos, Lda. (policopiado).

<sup>2</sup> In

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461)

<sup>3</sup> In [Fortalezas.org](http://fortalezas.org) > Fortificação > Praça-forte de Juromenha;

<sup>4</sup> In [Fortalezas.org](http://fortalezas.org) > Fortificação > Praça-forte de Juromenha;

<sup>5</sup> PACHECO; AGUIAR, coord. (2020): Memória descritiva, pp 16-19.

<sup>6</sup> Memória relativa à praça de Juromenha, assinada pelo tenente-coronel engenheiro Raimundo Valeriano da Costa Correia (Arquivo Histórico Militar, Cota PT/AHM/DIV/4/1/05/04).

<sup>7</sup> *Ibidem*.

# OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA



## Série ERA Arqueologia (2000 – 2008)



## Série Perdigões Monográfica (2018 – 2026)



## Série ERA Monográfica (2013 – 2025)



## Publicação de workshops

